

## Dossiê “Faculdade de Formação de Professores: 50 anos formando formadores”

### UM BREVE HISTÓRICO DO GESDI - Grupo de estudos e pesquisa Gêneros, sexualidades e diferenças nos vários espaçostempos da história e dos cotidianos

*A short history of the GESDI - Group studying and researching Genders,  
Sexualities and Differences in the Various SpacesTimes of History and Everyday  
Life*

*Breve historia del GESDI - Grupo de estudio e investigación de Géneros,  
Sexualidades y Diferencias en los Distintos EspaciosTiempos de la Historia y de la  
Vida Cotidiana*

Denize Sepulveda 

Renan Côrrea 

#### RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar de forma simples e direta um pouco da história do Gesdi e de algumas pesquisas tecidas por pessoas que compõem esse coletivo. O seu referencial teórico-metodológico está referendado na pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002, 2008). Para leitura dos dados observados, coletados, dos questionários e das narrativas, utilizamos o paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (1989).

**Palavras-Chave:** Gesdi; história; gêneros; sexualidades; pesquisas acadêmicas.

#### ABSTRACT

*This article aims to present, in a simple and direct way, a bit of the history of Gesdi and some of the research carried out by people who make up this collective. Its theoretical-methodological framework is endorsed in the research in/of/with everyday life (ALVES, 2002, 2008). To read the observed and collected data, questionnaires and narratives, we used Carlo Ginzburg's evidence paradigm (1989).*

**Keywords:** Gesdi; history; genres; sexualities; academic research.

#### RESUMEN

*Este artículo pretende presentar, de forma sencilla y directa, un poco de la historia de Gesdi y algunas de las investigaciones*

*realizadas por las personas que integran este colectivo. Su marco teórico-metodológico se refrenda en la investigación en/de/con la vida cotidiana (ALVES, 2002, 2008). Para leer los datos, cuestionarios y narraciones observados y recopilados, utilizamos el paradigma de evidencia de Carlo Ginzburg (1989).*

**Palabras clave:** *Gesdi; historia; géneros; sexualidades; investigación académica.*

---

## Introdução

Nosso primeiro contato com a Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) se deu em 2003. Nessa época, uma das autoras<sup>1</sup> deste texto foi professora substituta na instituição, por seis meses. Posteriormente, no primeiro semestre de 2014, o segundo autor entrou como discente no curso de Licenciatura em Geografia e nos conhecemos em 2015, na disciplina de Didática, no qual a primeira autora já era professora-adjunta, concursada da instituição e pesquisadora das questões de gêneros, sexualidades, história das mulheres e feminismos.

Houve uma grande identificação entre nós duas com relação às temáticas da pesquisa e, em setembro de 2016, fundamos juntas o Grupo de Estudos e Pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários *EspaçosTempos*<sup>2</sup> da História e dos Cotidianos (Gesdi), que atualmente está cadastrado no diretório dos grupos de pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a liderança da primeira autora.

Devemos enfatizar que a FFP ofereceu, no início, logo quando da criação do Gesdi, todas as condições necessárias para seu desenvolvimento, assim como incentivou todas as atividades que fizemos na instituição e fora dela, pois se tratava de uma temática de pesquisa importante e que não era desenvolvida no *campus* universitário. O objetivo inicial do Gesdi era investigar como se processavam as práticas de exclusão nos vários *espaçostempos* históricos e cotidianos, sejam os dos cursos de formações de professoras, os das escolas ou de outros espaços sociais que estavam relacionados com a história das

---

<sup>1</sup> Em todo momento que o texto estiver na primeira pessoa do plural será escrito no feminino, pois consideramos que a área da educação é composta, na sua maioria, por mulheres.

<sup>2</sup> A aglutinação das palavras *espaços* e *tempos* é uma opção teórica e epistemológica das pesquisas nos/dos/com os cotidianos para enfatizar a indissociabilidade entre alguns termos tradicionalmente considerados como opostos ou diferenciados. É importante também salientar que essa grafia não se trata de um recurso estético e está embasada na argumentação de que vivemos e atuamos em redes, nas quais diversos aspectos não se opõem ou anulam, ao contrário, se enredam uns nos outros, o que vai os tornando indissociáveis (SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2019, p. 71).

mulheres, com as questões dos gêneros e das sexualidades e com a laicidade do Estado. Em nossas pesquisas iniciais, já tínhamos pistas, indícios e sinais (GINZBURG, 1989) de que a discriminação e a perseguição às mulheres e às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, *queers*, intersexos, assexuais e pansexuais (LGBTQIAP+) ocorriam, entre outros motivos, por causa do crescimento dos movimentos conservadores no Brasil. Assim, na criação do Gesdi possuíamos duas linhas de pesquisa: uma relativa às questões de gêneros e sexualidades e outra sobre a relação entre os movimentos conservadores e a educação. Com o passar do tempo, outros objetivos foram surgindo, assim como outras linhas de pesquisas foram adicionadas ao diretório. Hoje em dia, o Gesdi possui 7 linhas de pesquisa, 47 pesquisadoras e 37 alunas, da graduação à pós-graduação.

No segundo semestre de 2016, o segundo autor se tornou bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) da Uerj, sob orientação da primeira autora. A pesquisa se denominava *A lesbofobia e a homofobia nos cotidianos das escolas: a religião interferindo nas práticas de professoras e professores*; e o plano de trabalho do bolsista foi intitulado *Práticas preconceituosas e discriminatórias desenvolvidas no cotidiano do Colégio Estadual Walter Orlandini* e se encerrou em 2018. É importante enfatizar que essa pesquisa foi considerada como destaque da Semana de Iniciação Científica (Semic), na Uerj, nos anos de 2017, 2018 e 2019, recebendo menção honrosa, e teve bastante repercussão na comunidade acadêmica.

Desde 2018, somos parceiros institucionais do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ), da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (FEUFF), pois verificamos, por meio das pesquisas tecidas, que grupos fundamentalistas religiosos conservadores, presentes na extrema-direita do Congresso Nacional, estavam influenciando nas práticas de perseguição às mulheres e às pessoas LGBTQIAP+ (SEPULVEDA & SEPULVEDA 2016; SEPULVEDA & SEPULVEDA, 2017; SEPULVEDA; CORRÊA, 2021). É importante sinalizar que, além de trabalharmos metodologicamente com o *paradigma indiciário* de Ginzburg (1989), utilizamos também o referencial da pesquisa nos/dos/com os cotidianos (ALVES, 2002, 2008; OLIVEIRA, 2008, 2009; SEPULVEDA, 2012); pois ambas as metodologias nos ajudam a mergulhar em todos os sentidos e recolher pistas, indícios e sinais na pesquisa e estar juntas dxs sujeitxs<sup>3</sup> que fazem parte dos cotidianos por nós estudados,

---

<sup>3</sup> O uso do x nas palavras, do ponto de vista linguístico e gramatical, é uma forma de usar uma linguagem escrita que expresse maior igualdade entre homens e mulheres. A língua portuguesa determina que o plural dos substantivos deva usar o gênero no masculino. Essa generalização do plural é considerada sexista e machista por certos grupos e indivíduos, resultando assim em propostas por um gênero plural não sexista, a ser adotado em português. O uso do x como desinência é uma tentativa de, no âmbito da escrita, tornar a língua mais democrática. Segundo Perrot (2019, p. 21), a linguagem, a gramática contribuem para o apagamento das mulheres na

afinal, o que realmente importa para as pesquisas nos/dos/com os cotidianos são as pessoas praticantes (ALVES, 2008).

O contato do pesquisador nos/dos/com os cotidianos, com xs sujeitxs pesquisadxs, no trabalho de campo, permite recolher diversas informações, que são pistas, indícios e sinais, muitas vezes inesperados, que ajudam a perceber algumas relações que atravessam o problema de pesquisa (SEPULVEDA, 2012). O cotidiano exige ver além daquilo que os outros já viram, e que o pesquisador:

[...] seja capaz de mergulhar inteiramente em uma determinada realidade buscando referências de sons, sendo capaz de engolir, sentindo a variedade de gostos, caminhar tocando coisas e pessoas e me deixando tocar por elas, cheirando odores que a realidade coloca a cada ponto do caminho diário. (ALVES, 2002, p. 17).

Além do mergulho, que é um dos movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos, existem mais quatro movimentos: virar de ponta-cabeça, beber em todas as fontes, narrar a vida e literaturizar a ciência.

O segundo movimento a ser feito é compreender que o conjunto de teorias, conceitos e noções que herdamos das ciências criadas e desenvolvidas na chamada modernidade e que continuam sendo um recurso indispensável, não é só apoio e orientador da rota a ser trilhada, mas, também e cada vez mais, *limite* ao que precisa ser tecido. Para nomear esse processo de compreensão de que é limite aquilo que nos habituamos a ver como apoio, parafraseando o historiador Hill (1987), que estuda momentos anteriores de grandes mudanças, estou usando a ideia de *virar de ponta-cabeça*.

Para ampliar os movimentos necessários, creio que o terceiro deles, incorporando a noção de *complexidade* [...], vai exigir a ampliação do que é entendido como fonte e a discussão sobre os modos de lidar com a diversidade, o diferente e o heterogêneo. Creio poder chamar a esse movimento *beber em todas as fontes*. (ALVES, 2002, p. 17).

Por fim, vou precisar assumir que para comunicar novas preocupações, novos problemas, novos fatos e novos achados, é indispensável uma nova maneira de escrever, que remete a mudanças muito mais profundas. A esse movimento talvez se pudesse chamar de *narrar a vida e literaturizar a ciência*. (ALVES, 2002, p. 15-16, grifos do original).

Sendo assim, para uma melhor compreensão de nossas pesquisas, iremos, a seguir, conferir os principais resultados obtidos.

---

história, pois quando “[...] há a mistura de gêneros, usa-se no masculino o plural: eles dissimulam elas”.

## **Práticas preconceituosas e discriminatórias desenvolvidas no cotidiano do Colégio Estadual Walter Orlandini**

Narramos, a partir daqui, alguns acontecimentos ocorridos durante o desenvolvimento desta primeira pesquisa realizada pelo Gesdi, que se deu no período de agosto de 2016 a julho de 2018. Ainda é muito nítido, em nossas memórias, o dia em que chegamos à unidade escolar com a finalidade de apresentar os objetivos de nossa pesquisa e ter a autorização da direção para que pudéssemos desenvolvê-la no Colégio Estadual Walter Orlandini. Durante a conversa, ouvimos muitas coisas vindas da diretora, e uma de suas falas ecoa especialmente, ainda, em nossos pensamentos: *“Os alunos LGBTQIAP+ são muito violentos, pois eles vêm para a escola com uma faixa na cabeça com a frase, eu sou gay”*<sup>4</sup>. Com essa fala, já tivemos, de início, um indício de que práticas LGBTQIAPfóbicas ocorriam naquela escola.

Com a autorização para realização de nosso trabalho, começamos a observar o convívio dxs alunxs. É importante mencionar que a autorização foi dada com muitas restrições: só podíamos entrar na escola no horário do intervalo (recreio), e não nos foi autorizado entrarmos em sala de aula e/ou frequentar conselhos de classe. A partir das observações tecidas, foi possível perceber que xs alunxs LGBTQIAP+ sofriam práticas discriminatórias por parte de outras estudantes, algumxs funcionárixs da escola e por uma das coordenadoras, que se referia a tais alunxs em tons ofensivos.

Sobre essa mesma coordenadora, se faz necessário mencionar a atitude dela com uma das autoras deste artigo. Em um momento de observação dentro da biblioteca, a funcionária chega, se posiciona bem próximo e começa a fazer comentários LGBTQIAPfóbicos como *“Esses viados acham o quê? Que andamos com a faca na mão, querendo matá-los? Está circulando um questionário aí na escola, perguntando se os alunos já sofreram homofobia”* – ela se referia a um questionário que distribuímos entre axs alunxs. Porém, ela não parou por aí e continuou seu discurso ofensivo: *“Agora chamar alguém de viado é homofobia? Por exemplo: eu sou gorda. Se alguém me chamar de gorda está sendo preconceituoso? Não! Está apenas constatando que sou gorda!”*.

Passada a fase da observação inicial, começamos a entrevistar funcionárixs, professorxs e alunxs da referida escola e as narrativas foram bem distintas, pois, para aquelxs que eram o alvo das práticas preconceituosas, ou seja, xs alunxs, existia sim LGBTQIAPfobia na escola. Já para a maioria dxs funcionárixs, isto é, aquelxs que a praticavam, a LGBTQIAPfobia não fazia parte do cotidiano daquela unidade escolar. Percebemos também que algumxs

---

<sup>4</sup> Por opção metodológica, os trechos dos relatos orais estão em itálico, pois assim se diferenciam das citações teóricas.

funcionárixs desconheciam o termo *homofobia*. A Funcionária M<sup>5</sup>, quando questionada sobre isso, respondeu que: “*É a pessoa não respeitar o indivíduo que é do outro sexo, ou seja, do sexo oposto*”. De acordo com Sepulveda & Sepulveda (2019, p. 42), a fala da funcionária mostra o desconhecimento de um conceito inicial das fobias relativas aos gêneros e sexualidades dissidentes<sup>6</sup>. Isso ocorre dentro de muitos espaços escolares por conta da falta de uma formação adequada, sobre tal tema.

Quando um funcionário foi indagado sobre a aceitação de alunxs LGBTQIAP+ no espaço daquela escola, respondeu que “*A escola age com tranquilidade e os alunos homossexuais são recebidos nesta instituição com o mesmo respeito que os demais alunos*”. Mas, já de acordo com xs estudantes LGBTQIAP+, ocorriam sim práticas discriminatórias contra elxs, dentro do espaço escolar, principalmente por parte de professorxs e funcionárixs, e que infelizmente não havia intervenção, por parte da direção da escola, para que tais práticas fossem ao menos diminuídas.

[A] Escola não apenas entende diferenças e desigualdades, como as produz. Ela possui aquele “modelo” de estudante idealizado, que corresponde, com perfeição, ao que se espera dele. Não sabendo lidar com os estudantes que não correspondem a esse modelo, a escola acaba por contribuir para introjetar em todos, cada vez mais, o pensamento discriminatório. Os preconceitos estão de tal forma arraigados no pensamento social que, muitas vezes, os professores reproduzem hoje os discursos de discriminação sem perceber. (FACCO, 2011, p. 27).

Com base também nos relatos dxs alunxs da instituição pesquisada, percebemos outros sinais de condutas LGBTQIAPfóbicas. Segundo a narrativa da Aluna G, uma funcionária da escola disse que ela precisava de uma igreja para se libertar – ou seja, deixar de ser lésbica: “*Uma funcionária disse que eu estava precisando ir para a igreja só por eu ser lésbica.*” Já o Aluno R relatou o seguinte acontecimento: “*Uma vez eu estava dançando na escola e a tia que faz a limpeza disse para mim: olha como Satanás está te usando! Você está dançando aí todo afeminado! Vá para a igreja, menino!*”

Sabe-se que, muitas vezes, os valores religiosos podem ter forte influência nessas práticas preconceituosas; afinal, é muito comum se usar a

---

<sup>5</sup> Utilizamos letras aleatórias para nos referirmos e nomear professorxs, funcionárixs e alunxs pois, dessa maneira, preservamos suas identidades.

<sup>6</sup> Como afirmam Sepulveda & Sepulveda (2018), os corpos dissidentes são aqueles que experimentam suas sexualidades de forma oposta à da heterossexualidade. Os gêneros que compõem muitos corpos também podem ser dissidentes, uma vez que muitos fogem à lógica binária imposta pela sociedade como a única correta. “Meninas e mulheres devem se comportar de maneira feminina; meninos e homens devem se comportar de maneira masculina” (SEPULVEDA; SEPULVEDA; 2018, p. 87).

lógica do pecado com o intuito de culpar pessoa LGBTQIAP+ pelo que ela é. Os gêneros e as sexualidades dissidentes são vistos das mais diversas formas em contextos sociais diferentes. Em alguns casos, indivíduos são percebidos até mesmo como pessoas criminosas e que podem ser condenadas à pena de morte; já em outros, são tidas como doentes e podem ser utilizadas como objeto para estudos nas áreas da saúde. Vale aqui lembrar que só há menos de 30 anos, mais precisamente em 17 de maio de 1990, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da lista internacional de doenças.

Por outro lado, é de se supor, logicamente, que se o homossexual é conscientemente assumido e para ele tal fato não traz nenhum problema, não haverá motivo de procurar consulta médica por este fato. Assim sendo, se o mesmo ocorresse com todos os homossexuais, não haveria a oportunidade de se colocar, nesses casos, um código da CID, ficando, portanto, excluído o “rótulo de doença” que segundo a maioria das reclamações dos solicitantes os discrimina socialmente. (LAURENTE, 1984, p. 345).

Outro acontecimento, agora envolvendo o funcionário que afirmara que, na escola, todxs eram recebidxs da mesma maneira: ao avistar duas meninas sentadas juntas, uma recostada na outra, ele pediu para que se separassem, pois: “*Aqui é uma escola e não é lugar para isso!*”. Em seguida, o funcionário saiu e, praticamente ao lado das meninas, em uma parede lateral havia um casal heterossexual na mesma posição delas. Por esse casal ele passou direto: apesar de tê-los visto, nada disse sobre a postura dos dois.

De acordo com Louro (2008, p. 21), “[...] a sexualidade permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas.” Quando chegamos a várias instituições escolares como estudantes, aprendemos um grande número de regras bem variadas; e, também, nos é delimitado o espaço das meninas e dos meninos. Geralmente, os rapazes vão para a quadra jogar futebol, enquanto as meninas ficam no pátio conversando com suas amigas, brincando de boneca ou se divertindo com alguma “brincadeira de menina”. Quando uma criança tenta ou quebra essa barreira que lhe é imposta, é bem provável que seja repreendida por colegas e/ou professorxs que foram condicionadxs a segregar os espaços e diferenciá-los em um lugar para meninas e outro para meninos.

De acordo com Sepulveda (2012, p. 152), “vivemos em uma sociedade que tem a necessidade de se enquadrar em padrões, a fim de definir e delimitar os espaços onde os sujeitos podem estar”. Ademais,

[...] os gêneros são a primeira marcação identitária e de diferenças a que estamos expostos, ocorrendo antes mesmo de

nascermos. Isso porque nascemos num mundo já organizado discursivamente e estabelecido na relação saber-poder. A pergunta “é menino ou é menina” inicia uma definição e uma diferença que nos enquadra, que nos marca, que nos organiza e que precisa de investimento para a sua concretização. Butler (2004) argumenta que, ao tratar essa sujeição e regulação ao gênero como algo que antecede ao nosso nascimento e marca nossas identidades, é importante levar em conta duas advertências advindas de Foucault. Por um lado, a ideia de que o poder regulador não atua somente sobre esses sujeitos preexistentes, mas que ele forma o sujeito e, neste sentido, ele é produtivo. Por outro lado, estar sujeito a essas normas de gênero e sexualidade é também estar subjetivado por elas, num constante processo de construção. (FERRARI, 2010, p. 256).

Algumas escolas produzem e reproduzem o discurso de poder, disseminando as normas, padrões e regras a serem seguidos por todas as pessoas, naturalizando as construções sociais. De acordo com Nogueira e Nogueira (2002), além de construir e transmitir conhecimentos, muitas instituições educacionais também propagam padrões sociais e perpetuam valores. Essa forma de construção molda xs alunxs à lógica da normalização do que é ser masculino ou feminino.

Sendo assim, com tantas questões emergindo do cotidiano da escola, desenvolvemos uma dinâmica nomeada *caixa de dúvidas*. Durante uma semana, deixamos, no pátio da escola, uma caixa na qual qualquer membro da comunidade escolar podia depositar, em forma de bilhetes, suas inquietações quanto às questões de gêneros, sexualidades e LGBTQIAPfobia, sem precisar se identificar. Em seguida, marcamos um encontro para que, em uma roda de conversa<sup>7</sup>, pudéssemos responder e/ou comentar as frases que com isso surgiram. Ao abrir a caixa de dúvidas, nos deparamos com comentários bem diversificados, desde perguntas extremamente relevantes, passando por piadas sem sentido, indo até insinuações LGBTQIAPfóbicas. É bom salientar que, em relação aos comentários LGBTQIAPfóbicos, estes soaram para nós como mais um indício das práticas discriminatórias que ocorriam no cotidiano do Colégio Estadual Walter Orlandini.

---

<sup>7</sup> O objetivo de se realizar uma roda de conversa é o de alcançar um aprendizado mútuo, mediante troca de experiências. Ao se compartilhar um fato, seja ele bom ou ruim; uma inquietude; ou uma insatisfação; ou afinal uma dúvida, descoberta ou indignação, isso sempre levará à aprendizagem, pela troca e reconstrução de conceitos dos participantes (SILVA, 2012).

## **Parcerias com os *sujeitos praticantes* do Ciep 130 – Doutor Elias de Miranda Saraiva: um projeto de intervenção em relação às práticas lesbofóbicas e homofóbicas**

Nossa segunda pesquisa foi desenvolvida no Centro Integrado de Educação Pública (Ciep) 130, com o intuito de investigar e combater as práticas e valores discriminatórios em relação aos gêneros e sexualidades no cotidiano escolar e, por conseguinte, na sociedade, pois compreendemos que a escola reflete, e por vezes contribui, com os discursos discriminatórios e preconceitos da sociedade. Num primeiro momento, fizemos uma atividade na escola, a convite da direção, que consistiu em reunir algumas turmas do ensino fundamental e médio em um auditório, onde fizemos uma palestra expositiva, seguida de uma dinâmica com xs alunxs. Na palestra, debatemos conceitos como gêneros, sexualidades e as tensões em torno dessas temáticas. Levamos uma série de notícias e alguns dados estatísticos mostrando a realidade da população LGBTQIAP+ no Brasil, que é cruel, violenta e desigual.

É inegável o rastro de sangue LGBT+ derramado em território nacional, a ponto de nosso país aparecer na liderança mundial de tais crimes, sem que haja por parte do Estado brasileiro uma sinalização quanto a medidas emergenciais e em curto prazo para erradicar tal mortandade. (Aliança Nacional LGBTI+; Grupo Gay da Bahia, 2022).

É importante destacar que, no início da palestra, algumxs alunxs se levantaram e solicitaram a saída do local por serem evangélicxs e não concordarem com o teor do debate que seria realizado, o que foi permitido por nós e pela coordenação do Ciep. Na dinâmica, que intitulamos *concordo e discordo*, propusemos uma série de frases *polêmicas*. Xs alunxs sorteavam uma dessas frases e a liam em voz alta, dizendo se concordavam ou discordavam com ela, expressando em seguida as suas opiniões. Após a leitura das frases, todxs xs alunxs tiveram que se posicionar levantando o braço, ou seja, concordando ou discordando da sentença para criar um contraste visual e proporcionar o debate. A dinâmica se mostrou muito potente. A cada frase sorteada, elxs se sentiam mais libertxs e livres para falar, diminuindo a timidez e evidenciando seus valores e opiniões em torno da temática. Frases como: *Mulheres são mortas por serem mulheres* ou *Meninas que saem tarde da noite são malvistas pela sociedade* nos permitiram debater uma série de conceitos e temas como o feminicídio<sup>8</sup>, a objetificação do corpo da mulher, bem como a desigualdade entre os gêneros.

Segundo Sepulveda & Sepulveda (2020), o feminicídio ocorre por meio de agressões verbais, psicológicas e violências físicas, como o estupro ou a sua

---

<sup>8</sup> Assassinato de mulheres, cometido em razão do gênero.

tentativa; nesse último caso, há uma significativa incidência de a violência acontecer dentro da própria casa da vítima, praticada por seus companheiros, maridos, pais ou conhecidos. Trata-se de crime de ódio contra as pessoas do gênero feminino e contra tudo o que esteja relacionado a elas.

A violência contra a mulher é fruto da cultura patriarcal, ou seja, ela advém de uma lógica que afirma que homens adultos são os que detêm o controle, o poder, a liderança, e por isso, pertence a eles a autoridade moral que os autoriza a desfrutar de privilégios e controle das propriedades. (SEPULVEDA; CORRÊA, 2021, p. 292).

A participação dxs estudantes foi massiva. Ao final da dinâmica, praticamente todxs haviam participado e mesmo aquelxs que não falaram estavam atentxs aos comentários e indagações. É importante enfatizar que, no início da atividade, fixamos, na parede do fundo do auditório, uma cartolina com o desenho de uma mala e distribuímos xs alunxs alguns papéis adesivos para que escrevessem suas impressões, sugestões e vivências. Pedimos que, no final da dinâmica, xs estudantes colocassem na mala o que escreveram nos papéis, representando, de forma simbólica, a bagagem que cada um(x) levaria consigo, após a atividade.

Além de contribuir para os desenvolvimentos das identidades de gêneros e do pertencimento no espaço escolar, tal proposta nos ajudou a compreender e investigar os conhecimentos e desconhecimentos em torno da temática. Recebemos muitos elogios, o que evidenciou a importância e a carência de tais debates em muitas instituições escolares; mas também recebemos críticas sobre a dinâmica realizada.

As escritas dxs alunxs e colocadas na mala a elxs disponibilizada indicaram muitas perguntas sobre gravidez indesejada, sobre doenças venéreas, sobre como se proteger no ato sexual, sobre misoginia<sup>9</sup>, feminicídio, violência doméstica, abuso sexual, *bullying*<sup>10</sup>, LGBTQIAPfobias e outras questões. Todavia, duas afirmações nos chamaram a atenção, pois diziam respeito novamente a questões religiosas. Uma dizia: “*Sou evangélica, portanto não faço sexo e nem farei antes do casamento porque é pecado. Então, não levo nada na bagagem dessa dinâmica desenvolvida hoje na escola*”. A segunda

---

<sup>9</sup> Aversão, antipatia ou repugnância por mulheres; forma de violência contra o sexo feminino que está diretamente a questão. A misoginia é a principal responsável por grande parte dos assassinatos de mulheres, também conhecidos por *feminicídios*.

<sup>10</sup> O termo *bullying* abrange todas as formatos de atitudes agressivas, propositais e repetidas, que acontecem sem motivo manifesto, desferidas por um ou mais estudantes contra outra(s) ou outro(s), acarretando medo, dor, agonia e angústia, e sempre efetuadas numa relação desigual de poder. Assim, os atos constantemente repetidos entre estudantes e o desequilíbrio de poder são as características fundamentais que possibilitam a intimidação da vítima. Portanto, as práticas de *bullying* sempre envolvem um agressor, um agredido e uma plateia (FREITAS, 2010).

frase foi: “*Gêneros e sexualidades não são temas para serem discutidos nas escolas. Sou cristão e esse assunto é para ser discutido pela família e não pela escola*”.

Algumas pistas, após essa dinâmica, nos levaram, igualmente, a refletir sobre a presença e a influência de valores religiosos na escola, que, por ser pública, deveria ser laica. Segundo Fernandes (2014) e Sepulveda (2012), o ensino religioso não aparece somente nas salas de aula dxs professorxs destinados a essa tarefa. Essa é apenas uma das maneiras de ocupação desse espaço público vastamente disputado pelas religiões. O ensino da religião no ambiente escolar acontece não somente pelo caminho convencional da sala de aula, mas também por direcionamentos ideológicos que se dão sem amparo de instrumentos legais e prevalecem a partir de práticas contestáveis como a exibição de símbolos religiosos nas salas de diretores; a prática de orações e missas em público; a exposição de Bíblias; práticas e discursos discriminatórios, por parte de professorxs e em face de estudantes adeptxs de religiões de matrizes africanas e de alunxs LGBTQIAP+, assim como outras manifestações que privilegiam determinadas fés em detrimento de outras e que também são formas de ensinar e colonizar o cotidiano de nossas instituições escolares (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2017, p. 184).

A questão dos valores religiosos presentes na escola é uma das questões que são muito importantes para o nosso grupo, pois muitas instituições escolares e algumxs educadorxs acabam desenvolvendo práticas discriminatórias e manifestando seus valores religiosos como se estes devessem ser seguidos, de forma naturalizada. Essas práticas e manifestações influenciam na constituição das identidades de todxs xs estudantes e um longo aprendizado vai colocando cada um(x) em *seu* lugar, colonizando muitas das pessoas que ali se encontram (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2017).

Seguindo os relatos da pesquisa, e em conformidade com a nossa proposta teórico-epistemológica, voltamos à escola com o intuito de dar continuidade aos trabalhos e desenvolver a estratégia da caixa de dúvidas para que xs alunxs pudessem expor seus questionamentos, questões, indagações, experiências, repúdios, enfim, tudo que envolvesse a temática de gêneros e sexualidades, com o objetivo de sondar as diferentes realidades nos/dos/com os cotidianos dessa escola. Contudo, no dia marcado para a atividade, fomos impedidas de fazê-lo: o pai de uma aluna telefonara para a escola reclamando que a palestra antes realizada na instituição não poderia ocorrer porque questões de gêneros e sexualidades estariam restritas apenas ao seu tratamento pela família.

Para os conservadores, o papel da educação é central para a questão social, pois, por meio dela, pode-se empreender uma reforma moral de sociedade, bem como permitir a internalização

de uma moralidade pelos indivíduos, com vistas a construção da ordem social (NETTO, 2011). Sendo assim, xs conservadorxs consideram que xs professorxs têm um papel com um roteiro a seguir, já que elxs são xs instrutorxs que transmitirão os valores necessários para a reforma moral da sociedade. Todavia, segundo xs adeptxs do MESP, como xs professorxs no Brasil não estão atuando como instrutorxs da moralidade e sim como doutrinadorxs políticos e ideológicxs, xs primeirxs passaram a perseguir xs segundxs, pois para xs seguidorxs do MESP xs professorxs não estão cumprindo o seu papel. O Movimento Escola Sem Partido alega que estxs profissionais querem o fim da família nuclear, dita como tradicional, pois desejam transformar meninas em meninos e meninos em meninas. Em face dessa perspectiva, não aceitam que discussões sobre gêneros e sexualidades continuem a ser feitas nas escolas, alegando se tratar de ideologia de gênero. (AUTORAS SEPULVEDA & CORRÊA, 2021, p. 283).

É importante contextualizar que, no momento inicial de atuação do Gesdi, estavam em curso no Brasil agendas conservadoras de ataques aos direitos humanos e à laicidade do Estado, pondo em xeque os princípios da sociedade democrática de direitos. Movimentos conservadores como o Escola sem Partido e as teorias conservadoras sobre doutrinação ideológica e ideologia de gênero promoveram uma série de ataques ao campo educacional, seja por meio de projetos de leis apresentados nas diferentes câmaras legislativas ou através do fomento a um pânico moral, produzindo um imaginário que compreende o gênero como um alienígena, algo que estaria fora da escola e assim deveria permanecer. Precisamos ainda pontuar que, mesmo com a eleição, para a presidência da república, em 2022, de Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos conservadores não cessaram suas ações. Eles continuam fortes, atuantes e tentam penalizar professorxs com a falsa alegação de que somos doutrinadores. Por exemplo, no dia 9 de julho de 2023, o deputado federal Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, em um ato em defesa do uso de armas, ocorrido na cidade de Brasília, disse que:

“O certo começa pela nossa família. Se nós, por exemplo, tivermos uma geração em que os pais prestem a atenção na educação dos filhos, tirem um tempo para ver o que eles estão aprendendo nas escolas, não vai ter espaço para professor doutrinador sequestrar as nossas crianças”, disse o deputado.

“Não tem diferença de um professor doutrinador para um traficante que tenta sequestrar e levar os nossos filhos para o mundo do crime [...]”, acrescentou. (LOPES, 2023)

Contudo, esse tipo de afirmação feita pelos movimentos conservadores não possui fundamentos jurídicos, muito menos éticos, e sua sustentação e propagação na sociedade foram considerados inconstitucionais, no ano de 2020, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), visto que não existe nenhum dispositivo

que proíba tais debates na escola, além de tal demanda ferir a autonomia pedagógica dxs professorxs. Além do mais, o compromisso de uma educação focada na garantia dos direitos humanos é combater as desigualdades e democratizar a sociedade, visando à emancipação social de seus indivíduos.

Voltando à nossa atividade suspensa, junto à direção da escola buscamos contactar o pai que fizera a reclamação e ele se recusou a ir à escola conversar conosco e esclarecer suas dúvidas. Destacamos que um dos objetivos da pesquisa é também dialogar e atingir a comunidade escolar como um todo, incluindo responsáveis, alunxs, funcionárixs e o entorno da escola, porque sabemos que a mudança social passa pela escola, mas não termina lá. Apesar da reclamação desse pai, a diretora da escola continuou demonstrando interesse em desenvolver a pesquisa e requisitou, junto ao corpo docente, uma reunião com o conselho consultivo de professorxs, a fim de legitimar a realização da pesquisa e explicar os nossos objetivos. Feito isso, pudemos dar continuidade às atividades e colocamos depois a caixa de dúvidas em frente à rádio da escola, um espaço muito movimentado e bem visível a todos.

Em especial nessa escola, foi desenvolvida uma parceria com o grêmio dos estudantes, que é bastante atuante na instituição. Montamos uma espécie de grupo de trabalho a fim de facilitar a divulgação das atividades e que ajudou também a compreender as diferentes realidades do cotidiano escolar. Esse grupo de trabalho proporcionou um espaço muito potente de debate, que se materializou por via de um grupo criado no WhatsApp, o que permitiu uma série de discussões, trocas de notícias e informações entre pesquisadorxs e xs alunxs gremistas. Juntos, inclusive, com xs alunxs do grêmio, passamos nas salas de aula divulgando a atividade da caixa de dúvidas e convidando x todxs a participarem da pesquisa. Essa experiência foi importante, pois com ela atingimos não só xs estudantes, mas também xs professorxs que estavam ministrando suas aulas no momento das visitas às salas. Quando divulgávamos a atividade, por exemplo, em uma dada sala de aula, uma professora afirmou que, naquela escola, não existia homofobia. Talvez por ignorar o tema ou por desconhecer a dimensão do preconceito, esse comentário soou para nós como mais um indício da importância de debater questões de gêneros e sexualidades nas escolas.

Infelizmente, contudo, a pesquisa no Ciep 130 foi interrompida quando estávamos organizando e classificando o material recolhido na caixa de dúvidas. O material era extenso e muito frutífero, pois atravessava questões religiosas, de gênero, de classe, de raça, biológicas e anatômicas. A proposta seria realizar rodas de conversas e dinâmicas em grupo, a fim de responder as perguntas e debater essas questões com xs sujeitxs praticantes do cotidiano escolar. Contudo, logo após o recolhimento da caixa de dúvidas, a diretora da escola nos avisou que a pesquisa seria finalizada com o argumento de que a Secretaria de

Educação havia impedido a continuidade da pesquisa no Ciep 130. Esse fato pode ser lido como mais um indício da dimensão que os conservadorismos tomaram na sociedade e principalmente nos cotidianos escolares, bem como a manutenção de valores e práticas discriminatórias em torno dos gêneros e sexualidades. Sobre essas diretrizes, cabe ressaltar que, naquele momento, a pessoa à frente do Governo do Estado do Rio de Janeiro era da mesma base do ex-presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro, ou seja: tratava-se de uma pessoa conservadora, que pertencia ao Partido Social Cristão (PSC), sendo, portanto, alinhada politicamente com a extrema-direita.

### **A produção teórica sobre a laicidade e sua relação com as questões de gêneros e sexualidades nas escolas públicas tendo como foco o site do Observatório da Laicidade na Educação (OLÉ)**

Nossa terceira pesquisa, que é a atual, foi pensada inicialmente para o período do isolamento social<sup>11</sup> que vivemos em decorrência da pandemia<sup>12</sup> de Covid-19<sup>13</sup>, em que escolas e universidades ficaram fechadas e tivemos que desenvolver nossas aulas e pesquisas de maneira remota<sup>14</sup>. Sendo assim, resolvemos trabalhar com o *site* do OLÉ, da FEUFF, disponível em: <http://ole.uff.br/>, de que somos colaboradores desde 2016: desde o início do nosso grupo de pesquisa, tecemos uma parceria interinstitucional entre Gesdi/FFP/UERJ e OLÉ/FEUFF, por percebermos a necessidade de trabalharmos em prol da laicidade do Estado brasileiro, para que as práticas de exclusão, discriminação, perseguição e violência contra pessoas LGBTQIAP+ e mulheres, motivadas por questões religiosas, não aconteçam mais. O fortalecimento da laicidade é necessário para que tenhamos, no Brasil, uma democracia de alta intensidade (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020).

---

<sup>11</sup> O termo *isolamento social* é utilizado para definir o estado de uma coisa ou uma pessoa isolada, privada

do contato social. Também pode referir-se a um local, um edifício, ou parte deste, destinado(a) à segregação e ao tratamento de pacientes com doenças contagiosas.

<sup>12</sup> Pandemia é uma doença contagiosa que se espalhou geograficamente pelo mundo inteiro, saindo do seu lugar de origem.

<sup>13</sup> Em dezembro de 2019, houve a rápida propagação, em escala mundial, de um novo coronavírus (Sars-CoV2), o qual foi identificado primeiramente em Wuhan, na China, e que, transmitido de pessoa a pessoa, causou a pandemia de Covid-19. A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus Sars-CoV2 e que apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves, que podem levar à morte.

<sup>14</sup> Trabalho remoto é uma atividade laboral que pode se fazer de qualquer lugar, em que o indivíduo não precisa estar fisicamente no local onde seu trabalho está localizado, podendo realizá-lo em outras cidades e países. Os locais de trabalho podem ser vários, por exemplo a casa de uma funcionária ou funcionário, um espaço de trabalho compartilhado ou qualquer outro local fora de um prédio comercial, *campus* universitário ou escola.

Para tanto, foi necessário fazer uma pesquisa no *site* do OLÉ, a partir de seu banco de teses, dissertações e artigos. Necessitávamos mapear o que havia na biblioteca do *site*, sobre o tripé gêneros, sexualidades e laicidade. Quando começamos o processo de busca dos textos sobre tais temáticas, percebemos que não havia teses, dissertações e artigos que fizessem o entrelace das três temáticas, até o ano de 2012. Por essa razão, tivemos que realizar uma pesquisa no banco de teses da Capes para identificar teses e dissertações que abordassem essas questões. Por meio desse levantamento, alimentamos o *link* do espaço de Teses: Laicidades, Gêneros e Sexualidades, criado por nós no *site* do OLÉ e organizado pelos anos de publicação de cada texto. Logo que iniciamos a pesquisa no *site* da Capes, notamos a inexistência de teses e dissertações, produzidas a partir do ano de 2018, elas só apareciam até o ano de 2017, que dialogassem com as temáticas pesquisadas. Até o presente momento, encontramos 30 teses e dissertações, no banco da Capes. Importante enfatizar que mapeamos essas produções até o ano de 2020.

Durante a pesquisa, tivemos pistas, indícios e sinais de que a laicidade – fosse ela relacionada à educação ou não – era mais pesquisada do que as temáticas de gêneros e sexualidades, apresentando um maior número de produções de teses e dissertações. Nesse sentido, percebemos que boa parte dessas produções eram oriundas de universidades privadas e católicas, e que defendiam a permanência do ensino religioso nas escolas. Para Hoff (2017), a legislação brasileira não impõe unanimidade na forma de se aplicar o ensino religioso. Por isso, alguns estados acabam aderindo a um modelo confessional. Ao fazermos as leituras das pesquisas que defendiam a manutenção do ensino religioso nas escolas, percebemos que, em sua maioria, elas estavam associadas a instituições privadas, o que nos soou como pista de que a permanência do ensino religioso nas escolas é defendida, na maior parte, por instituições privadas.

No que se refere às investigações de teses e dissertações que debatem gêneros, sexualidades, laicidade e educação pública, tivemos dificuldade de achar textos que conseguissem interligar esses assuntos. Diante do exposto, observamos a necessidade de se estudar as questões elencadas, para que os direitos humanos e democráticos prevaleçam em relação às investidas conservadoras. Desse modo, compreendemos o conservadorismo como uma retórica, uma forma de enxergar o mundo e nele tecer suas narrativas (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2020). Destacamos, ainda, que, a partir de 2019, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da república, houve um avanço conservador, em larga escala, dentro da máquina pública. O ex-presidente se aliou – e ainda se alia – a grupos religiosos de matrizes cristãs e situados na extrema-direita política (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2019), que defendem e divulgam uma agenda conservadora dos costumes.

Ainda estamos fazendo o levantamento das teses e dissertações no banco de teses da Capes. Porém, pelo que foi feito até o momento, temos pistas de que a presente pesquisa pode nos auxiliar no combate ao pensamento conservador e a evidenciar a importância da laicidade como forma de fortalecer a democracia brasileira. Por isso, é fundamental que a FFP continue possibilitando que tais pesquisas sejam tecidas.

### **Alguns alinhavos e pontos, esperando-se que não sejam os finais...**

A FFP fica localizada no Município de São Gonçalo, que pertence ao Estado do Rio de Janeiro e está a aproximadamente 25 km de distância da capital. Devido à pouca distância da capital, o município integra a Região Metropolitana<sup>15</sup> do Estado do Rio. Sua população está estimada em 896.744 habitantes, sendo o segundo município mais populoso do estado, o 16º do país, e a terceira maior cidade, em número de habitantes, que não seja capital (BRASIL, 2022). Esse município, atualmente, possui mais de 80 bairros, situados nos seus cinco distritos: São Gonçalo (sede); Ipiíba; Monjolos; Neves; Sete Pontes.

São Gonçalo foi considerada a cidade mais violenta do Estado do Rio de Janeiro em pesquisa desenvolvida pelo Instituto Fogo Cruzado, no ano de 2021: ali, 51 pessoas foram baleadas, no mencionado ano, das quais 21 morreram em decorrência disso (ALVES, 2021). Por ser um município extremamente violento e conservador, muitas pessoas LGBTQIAP+ são mortas de forma brutal, como também muitos feminicídios são praticados, contra as mulheres. Diante desse quadro de violência, a FFP, por meio do Gesdi, é convidada para participar da formação de professorxs das redes de educação de São Gonçalo, Itaboraí, Niterói, Mangaratiba, Angra dos Reis, Mesquita e Rio de Janeiro. Igualmente, nosso grupo de pesquisa é chamado para ministrarmos oficinas que combatam a LGBTQIAPfobia e a misoginia, tendo, como público-alvo, estudantes dos anos finais do ensino fundamental e estudantes do ensino médio. Em duas ocasiões diferentes, fomos convidadx também para participarmos da formação, em serviço, dxs assistentes sociais do município de São Gonçalo. Neste ano de 2023, participamos de uma formação para a Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulheres em São Gonçalo. Igualmente, fizemos uma formação em serviço dos assistentes sociais do município de Niterói.

A FFP, durante muito tempo, estimulou todas as ações desenvolvidas pelo Gesdi, evidenciando a sua preocupação com a comunidade acadêmica e

---

<sup>15</sup> Regiões metropolitanas consistem em áreas onde diversas cidades interagem com grande frequência e intensidade, a partir de uma interdependência funcional baseada na unidade das suas infraestruturas urbanas e nas possibilidades de que esse fato acarreta para uma divisão do trabalho interna bem mais acentuada que em outras áreas (SANTOS, 2001, p. 75).

entorno. Esperamos que essa parceria possa continuar rendendo bons frutos e que os pontos-finais estejam longe de acontecer. Viva os 50 anos da FFP!

---

## REFERÊNCIAS

ALIANÇA NACIONAL LGBTI+; GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2021. In: OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz (Org.). **Relatório**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

ALVES, Luana. São Gonçalo é a cidade mais violenta do RJ; 51 pessoas foram baleadas e 21 delas morreram só em setembro. **G1**, 6 out. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/10/06/sao-goncalo-baleadas-setembro.ghtml>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ALVES, Nilda. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. **Pesquisa no/do cotidiano das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ALVES, Nilda. Sobre os movimentos das pesquisas nos/dos/com os cotidianos. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; ALVES, Nilda. **Pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas**: sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2008.

BRASIL/Rio de Janeiro/São Gonçalo. **Cidades IBGE**, [202-]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/sao-goncalo/panorama>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FACCO, Lucia. A escola como questionadora de um currículo homofóbico. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, gênero e poder**: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

FERNANDES, Vania. (As)Simetria nos sistemas públicos de ensino fundamental em Duque de Caxias (RJ): a religião no currículo. 2014. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERRARI, Anderson. Você já deve saber sobre minha “orientação sexual” (se não sabia, ficou sabendo agora, hehe): subjetividades e sujeitos em negociação. In: FERRARI, Anderson. **Sujeitos, subjetividades e educação**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010.

FREITAS, José Guilherme de Oliveira. No quadro o tema diversidade sexual na escola, como foco na homossexualidade: nas carteiras escolares os professores. 2010. **Tese (Doutorado em Educação)** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOFF, Márcio. **Estado laico, religião e educação**: análise da controversa presença do ensino religioso em escolas públicas no Brasil. 2017. Tese (Doutorado) – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

LAURENTE, Ruy. Homossexualismo e a classificação internacional de doenças. **Revista de Saúde Pública**, v. 18, n. 5, out. 1984.

LOPES, Léo. Eduardo Bolsonaro compara professores a traficantes; PF deve analisar fala. **CNN Brasil**, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/eduardo-bolsonaro-compara-professores-a-trafficantes-pf-deve-analisar-fala/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2008.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 78, abr. 2002.

OLÉ – Observatório da Laicidade na Educação. Niterói: UFF, [S.d.]. **Site** institucional. Disponível em: <http://ole.uff.br/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **Democracia no cotidiano da escola**. Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: CNPq, 2009.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. Estudos do cotidiano: educação e emancipação social. In: OLIVEIRA, Inês Barbosa; SGARBI, Paulo. **Estudos do cotidiano & educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001.

SILVA, Adriana da. A roda de conversa e sua importância na sala de aula. 75 f. **Monografia (Licenciatura em Pedagogia)** – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Laicidade do Estado e da Educação: Valorizando as discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas públicas. **Retratos da Escola**. V. 14; v. 28, 2020, p. 91-105.

SEPULVEDA, Denize; CORRÊA, Renan. A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas: combatendo práticas conservadoras, misóginas e LGBTfóbicas. **Instrumento**. v. 23; n.2, 2021, p. 278-296.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 19, n. 3, 2019, p. 868-892.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, Jose Antônio. Menina que se comporta como menino, menino que se comporta como menina: o que podemos aprender

com essas crianças que teimam em ser dissidentes? In: RODRIGUES, Alexandro. **Crianças em Dissidências**: narrativas desobedientes da infância. Salvador: Devires, 2018

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. Práticas Conservadoras: suas influências nas tessituras identitárias de gêneros e sexualidades. **Periferia**. v. 9. n. 2, 2017, p. 16-37.

SEPULVEDA, Denize; SEPULVEDA, José Antonio. O pensamento conservador e sua relação com práticas discriminatórias na educação: a importância da laicidade. **Teias**, n. 47, N. 17, 2016, p. 141-154.

SEPULVEDA, Denize. Emancipação social e a exclusão no cotidiano escolar: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. **Tese. (Doutorado em Educação)**, Proped/UERJ, 2012.

---

Submissão em: 29 out. 2023.

Aceite em: 15 nov. 2023.

---

---

**<sup>i</sup> Denize de Aguiar Xavier Sepulveda**

Professora Associada do Departamento de Educação da FFP/UERJ, Procientista, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários *Espaços Tempos* da História e dos Cotidianos (GESDI/UERJ) e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB/UFF). Mestre e Doutora em educação, possui Pós-doutorado em Educação pela (UFF; PROPED/UERJ). É docente e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais UERJ/FFP.

E-mail: [denizesepulveda@hotmail.com](mailto:denizesepulveda@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9823519245400422>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

**<sup>ii</sup> Renan Côrrea dos Santos**

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais UERJ/FFP. Licenciado em Geografia pela UERJ/FFP. Membro do Grupo de estudo e pesquisa Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários *Espaços Tempos* da História e dos Cotidianos (GESDI/UERJ) e do grupo de Estudos e Pesquisa Os Impactos do Conservadorismo na Educação Brasileira (GEPCEB/UFF).

E-mail: [naner\\_rj@hotmail.com](mailto:naner_rj@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6024484066696308>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4206-358X>